

Setembro de 2010, foi celebrado o referido contrato, com início em 1 de Junho de 2011, com a trabalhadora Isabel Maria Leal Conceição, tendo a remuneração base sido fixada no valor correspondente entre a 4.ª e a 5.ª posição remuneratória da carreira e categoria de Assistente Técnico, e entre o nível remuneratório 9 e 10 da tabela remuneratória única.

12 de Agosto de 2011. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Rogério Peixoto*.

305042488

**Aviso n.º 17041/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b)*, do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do procedimento concursal comum de recrutamento de 1 trabalhador em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior, com Licenciatura em Relações Internacionais, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 119, de 23 de Junho de 2009, foi celebrado o referido contrato, com início em 1 de Junho de 2011, com a trabalhadora Ana Cristina Barreto Carvalho Almeida, tendo a remuneração base sido fixada no valor correspondente entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória da carreira e categoria de Técnico Superior, e entre o nível remuneratório 19 e 23 da tabela remuneratória única.

12 de Agosto de 2011. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Rogério Peixoto*.

305042399

**Aviso n.º 17042/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b)*, do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do procedimento concursal comum de recrutamento de 1 trabalhador em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para a carreira e categoria de Técnico Superior, com Licenciatura em Geografia, para o Departamento de Requalificação Urbana, Divisão de Areas Urbanas Degradadas, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 198, de 12 de Outubro de 2010, foi celebrado o referido contrato, com início em 1 de Junho de 2011, com o trabalhador António João Barrocas Ortiz, para a 2.ª posição remuneratória da carreira e categoria de Técnico Superior, nível 15 da tabela remuneratória única.

12 de Agosto de 2011. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Rogério Peixoto*.

305042285

**MUNICÍPIO DE CASTELO DE VIDE**

**Aviso n.º 17043/2011**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, torna-se pública a lista unitária de ordenação final resultante do procedimento concursal comum para a ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato por tempo indeterminado na carreira/categoria de Técnico Superior (Engenharia do Ordenamento e Recursos Naturais) — Aviso de abertura n.º 8869/2011 — *Diário da República* de 12 de Abril de 2011, lista essa homologada por despacho do senhor Presidente da Câmara datado de 22 de Agosto de 2011.

**Lista unitária de ordenação final**

Aprovados:

Ordenação	Nome	Classificação final (valores)
1.º	João Luís Inácio Dona	17,95
2.º	Jorge Manuel Correia Canhoto	14,90
3.º	Filipa Alexandra Batista Cebola	11,80

Excluídos:

Nome	Motivo
Miguel Filipe Araújo da Mota Pais	(a)
Nuno Américo Lima Monteiro	(a)
Pedro Miguel Félix da Silva	(a)

Nome	Motivo
Filipe José da Silva Carita	(b)
Elsa Maria da Cunha Timóteo Lopes	(c)
Teresa Isabel Ventura Martinho Morita Caeiro	(c)
Sara David Barrilaro Ruas	(c)

(a) Não possuir licenciatura na área adequada  
 (b) Não ter comparecido à prova de conhecimentos  
 (c) Ter menos de 9,5 valores na prova de conhecimentos.

23 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. António Manuel Grincho Ribeiro*.

305056152

**MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM**

**Aviso (extracto) n.º 17044/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum, para um posto de trabalho de Técnico Superior, na área de actividade de Engenharia Civil, aberto por aviso n.º 24529/2010 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230 de 26 de Novembro de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com início de funções em 1 de Agosto do corrente ano, com a trabalhadora Maria Elisabete Coelho Laurindo, com a remuneração mensal ilíquida correspondente à 1.ª posição remuneratória da respectiva categoria e 11.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única.

10 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Fernandes Estevens*.

305020139

**Aviso (extracto) n.º 17045/2011**

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum, para um posto de trabalho de Técnico Superior, na área de actividade de Educação Física, aberto por aviso n.º 21356/2010 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 207 de 25 de Outubro de 2010, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, com início de funções em 01 de Agosto do corrente ano, com o trabalhador João Pedro da Silva Fidalgo Batista Ramos, com a remuneração mensal ilíquida correspondente à 2.ª posição remuneratória da respectiva categoria e 15.º nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única.

10 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Fernandes Estevens*.

305020196

**MUNICÍPIO DA COVILHÃ**

**Aviso n.º 17046/2011**

**Consulta pública**

Carlos Pinto, Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, torna público, nos termos do disposto no artigo 131.º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção da Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, que a Câmara Municipal da Covilhã vai proceder à abertura de um período para consulta pública sobre o pedido de alteração ao licenciamento do loteamento sito das Moutas, freguesia de Unhais da Serra, titulado pelo Alvará n.º 1/97, que corre os seus termos sob:

Processo n.º 307  
 Requerente: José Luís Carvalho Esteves

A alteração proposta incide sobre o lote n.º 28 prédio inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Unhais da Serra sob o artigo 997.º e descrito na Conservatória do Registo Predial da Covilhã sob o n.º 511/19971202.

A consulta pública decorrerá pelo período de 15 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, podendo os interessados consultar o processo de licenciamento, respectivos pareceres e informações técnicas, no Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal da Covilhã, na Praça do Município, Edifício Centro Cívico, 3.ª r/Ch, Covilhã, durante o horário normal de expediente de 2.ª a 5.ª feira (das 9 às 16,30 horas) e à 6.ª feira (das 9 às 11,30 horas).

No caso de oposição, os interessados podem apresentar por escrito a sua exposição, devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

11 de Agosto de 2011. — O Presidente, *Carlos Pinto*.

305023209

#### Aviso n.º 17047/2011

##### Homologação da lista unitária de ordenação final

Em conformidade e nos termos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público que foi homologada por despacho do Senhor Presidente de 22 de Agosto de 2011, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para contratação a termo resolutivo certo, de quatro assistentes técnicos — área de animação desportiva — monitores de natação, publicitado pelo aviso n.º 6785/2011, na 2.ª série do *Diário da República* n.º 52 de 15 de Março, encontrando-se afixada em local visível e público na Divisão de Recursos Humanos e disponibilizada na página da Internet [www.cm-covilha.pt](http://www.cm-covilha.pt).

22 de Agosto de 2011. — O Vereador Responsável pela Gestão de Recursos Humanos, *Pedro Miguel Abreu Silva*.

305048888

#### MUNICÍPIO DE LAGOS

##### Aviso n.º 17050/2011

Em cumprimento do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que foi extinta a relação jurídica de emprego público com o seguinte trabalhador, por motivo de falecimento:

Nome	Carreira	Categoria	Posição remuneratória
José Maria Jacinto . . . . .	Assistente operacional . . . . .	Assistente operacional . . . . .	P1 N1-9

17 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Júlio José Monteiro Barroso*.

305035992

#### Aviso n.º 17051/2011

Para os devidos efeitos se torna público que, na sequência de deliberação tomada pela Câmara Municipal em sua reunião de 20/04/2011 e por meu despacho datado de 19/08/2011, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar do dia imediato ao da publicação deste aviso no *Diário da República*, o seguinte procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo determinado — termo resolutivo certo, pelo período de 1 ano, podendo ser renovado nos termos da lei, nas condições que se indicam:

Referência 1/2011 — 1 Técnico Superior — área de Serviço Social

1 — Este procedimento rege-se pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de Julho, Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 442/91, de 15/11, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31/01).

2 — Não foi efectuada consulta prévia à ECCRC, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º e artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, uma vez que, não tendo ainda sido publicado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, conforme FAQ publicitada no sítio da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, fica temporariamente dispensada a obrigatoriedade da referida consulta.

3 — Número de postos de trabalho a preencher por candidatos com deficiência (para efeitos de aplicação do Decreto-Lei n.º 29/2001,

#### Aviso n.º 17048/2011

##### Homologação da lista unitária de ordenação final

Em conformidade e nos termos do disposto nos n.ºs 4 a 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público que foi homologada por despacho do Senhor Presidente de 22 de Agosto de 2011, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para contratação a termo resolutivo certo, de dois técnicos superiores — área de arquitectura, publicitado pelo aviso n.º 7838/2011, na 2.ª série do *Diário da República* n.º 62 de 29 de Março, encontrando-se afixada em local visível e público na Divisão de Recursos Humanos e disponibilizada na página da Internet [www.cm-covilha.pt](http://www.cm-covilha.pt).

22 de Agosto de 2011. — O Vereador Responsável pela Gestão de Recursos Humanos, *Pedro Miguel Abreu Silva*.

305048936

#### MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

##### Aviso n.º 17049/2011

Em conformidade com o disposto na alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º e em cumprimento do n.º 1 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro (audiência dos interessados) informam-se os interessados que se encontra afixada em local bem visível e público e na página electrónica do Município, a lista unitária de ordenação final, referente ao procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 20518/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 201, de 15 de Outubro de 2010.

25 de Agosto de 2011. — A Presidente do Júri, *Ana Rita Silva Mendes Rafael*.

305061611

consideram-se pessoas com deficiência as que se enquadrem no descrito no n.º 1 do artigo 2.º do referido diploma):

Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, têm preferência, em caso de igualdade de classificação, os candidatos com deficiência, os quais prevalecem sobre qualquer outra preferência legal.

4 — Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, o procedimento concursal é válido para ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses, contados da data de homologação da lista de ordenação final do referido procedimento.

5 — Poderão candidatar-se ao procedimento concursais os indivíduos que reúnam, até ao término do prazo fixado para apresentação das candidaturas, os seguintes requisitos:

5.1 — Requisitos gerais:

- Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- Ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

5.2 — Requisitos de nível habilitacional: Licenciatura em Serviço Social.